

# Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Preço abusivo sem explicação** ..... 2

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**PRF faz apreensão recorde de ouro em RR** ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**TCE vê indícios de fraude em 87 previdências municipais** ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**"Custo do transporte não pode ser integralmente transferido à população"** ..... 6

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Tarifação chega a Maracás** ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Mercado espera que Petrobras anuncie dividendos** ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Fiemg estima impacto de R\$ 25,8 bi** ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**BC reforça cenário de juro alto** ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Dependente dos interesses públicos** ..... 15

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Conta de luz do paraense fica mais cara a partir de amanhã** ..... 17

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Somente 4% serão afetados** ..... 19

# Preço abusivo sem explicação

Os hotéis de Belém se recusam, há dois meses, a prestar informações ao Ministério da Justiça sobre os preços exorbitantes praticados para a COP30, a conferência sobre clima da Organização das Nações Unidas (ONU) marcada para novembro na capital paraense.

Em documentos aos quais o jornal Folha de S.Paulo teve acesso, pelo menos dez empresas do setor não responderam, ao menos em parte, os questionamentos feitos pela a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, no processo administrativo que apura possíveis irregularidades nas diárias oferecidas para o período do evento.

Nas respostas, há redes hoteleiras concorrentes que apresentam argumentações praticamente idênticas - e não informam nada.

Em outro caso, um hotel de luxo construído especialmente para a COP (que contou com R\$ 20 milhões de uma linha de crédito especial oferecida pelo governo federal) usou o próprio evento e a falta de capacidade da cidade - que o hotel supostamente deveria ajudar a sanar - para justificar diárias de R\$ 15 mil, na média.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) afirmou, por meio do seu presidente no estado, Antonio Santiago, que "certamente [as empresas] estão aplicando uma lei antiga: oferta e procura".

A infraestrutura de Belém vem sendo questionada desde que a cidade foi escolhida para sediar a COP30 e, nas últimas semanas, o preço da hospedagem tornou-se o epicentro de uma crise.

Como revelou o jornal Folha de S.Paulo, países do mundo inteiro, ricos e em desenvolvimento, assinaram uma carta pressionando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a mudar ao menos parte da conferência para outra cidade.

No documento, os negociadores dizem que "se a COP inteira for mesmo acontecer" na cidade, parâmetros mínimos logísticos devem ser atendidos - condições que devem ser respeitadas "seja em Belém ou em outro lugar".

Antes, a agência Reuters mostrou que a UNFCCC (o braço de clima da ONU) realizou uma reunião de emergência para tratar do tema.

Local não irá mudar O presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago, vem afirmando que os responsáveis pela atual crise são os preços praticados pelo setor hoteleiro, mas que não há nenhuma possibilidade de uma mudança na sede do evento.

"Acredito que talvez os hotéis não estejam se dando conta da crise que eles estão provocando", disse em uma ocasião. "A COP vai ser em Belém, o encontro de chefes de Estado vai ser em Belém e não há nenhum plano B", disse, em outra.

Desde junho a Senacon questiona empresas que atuam em Belém sobre os valores praticados para a COP - há registro de preços 1.000% mais altos que a média comum.

Entre as solicitações feitas pela Senacon aos hotéis estão informações sobre as diárias praticadas normalmente e durante a COP30, e uma justificativa para a alteração.

Uma das apostas dos organizadores da COP30 para solucionar o problema de déficit de leitos em Belém foi a transformação em hospedagem do antigo prédio da **Receita Federal** - que pegou fogo em 2012 e, desde então, estava inutilizado.

Na rede Tivoli, uma das questionadas pela Senacon, a diária média para o período do evento está em R\$ 15 mil - a suíte presidencial sai por R\$ 206 mil.

A rede afirma que o valor se justifica porque "a cidade de Belém não dispõe atualmente de capacidade hoteleira compatível com a magnitude" do evento - que foi justamente o motivo pelo qual foi viabilizado o investimento para a construção do hotel.

Decide depois não explicar a política de preços praticada porque "a divulgação pública de negociações específicas pode comprometer princípios legais" (Da Folhapress

**Site:** [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-0608202504%20-%20523b9a212405e48323373c0fc36c4044.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-0608202504%20-%20523b9a212405e48323373c0fc36c4044.pdf)

# PRF faz apreensão recorde de ouro em RR

*Francisco Lima Neto/Folhapress*

A Polícia Rodoviária Federal apreendeu 145 barras de ouro maciço grandes e 60 pequenas, totalizando 103 kg, na tarde da ontem (5/8), em Boa Vista (RR), na maior apreensão feita pela corporação desse tipo de material. Pela cotação atual, o valor pode ultrapassar R\$ 60 milhões. Durante fiscalização, policiais abordaram uma picape Hilux na BR-401, na altura da ponte dos Macuxis. No carro, estiveram o motorista, identificado como o empresário Bruno Mendes de Jesus, de 30 anos, sua mulher, a blogueira Suzy Alencar, de 32, e um bebê de 9 meses, filho do casal.

Em revista, policiais encontraram o ouro escondido em vários compartimentos do veículo. O motorista foi preso em flagrante e teve a prisão preventiva requerida pela Polícia Federal.

De acordo com a PRF, o ouro vinha de Rondônia e provavelmente iria para a Venezuela ou a Guiana, que fazem fronteira com Roraima. A PF seguirá com as investigações sobre a origem, destino e propriedade do material.

Bruno Mendes de Jesus se identificou como empresário baseado em Porto Velho (RO). Na **Receita Federal**, está registrado como proprietário de uma empresa fundada em 7 de maio deste ano. Sua atividade é comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Em nota, o advogado Smiller Rodrigues de Carvalho diz que ele tem bons antecedentes e é "único responsável pelo sustento de sua família, a qual se encontra em situação de fragilidade social".

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>

# TCE vê indícios de fraude em 87 previdências municipais

**JOÃO PEDRO BITENCOURT**

Relatório divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) mostrou que 87 dos 219 Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) não apresentaram comprovação de que os descontos aplicados a aposentados e pensionistas foram autorizados pelos beneficiários.

Além disso, 99 RPPS não entregaram comprovante de autorização dos descontos feitos por entidades consignatárias. A auditoria foi motivada pelo escândalo de fraudes no **INSS**, que desviou cerca de R\$ 6 bilhões entre 2019 e 2024, segundo as investigações.

Para embasar o relatório, foram entrevistados 1.193 aposentados e pensionistas em 213 RPPS. Em 16 regimes, 38 segurados afirmaram não ter autorizado os descontos em folha.

Em Santa Fé do Sul, nove dos dez entrevistados relataram desconhecer os débitos.

Em Ribeirão Preto, duas das três pessoas que tinham apresentado reclamações disseram que o RPPS reconheceu que os descontos eram indevidos.

Os regimes terão um mês para prestar esclarecimentos e sanar eventuais irregularidades, segundo o TCE-SP.

Procurada, a prefeitura de Ribeirão Preto informou, por meio de nota, que "não recebeu, até o momento, qualquer notificação ou apontamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente ao relatório". O Instituto de Previdência dos Municipiários (IPM) afirmou, ainda, que "todas as manifestações dos beneficiários relacionadas às consignações em folha de pagamento são devidamente apuradas e acompanhadas pela ouvidoria da instituição e pelo setor responsável pela folha dos aposentados e pensionistas".

A prefeitura de Santa Fé do Sul disse, em nota, que "as autorizações expressas, no caso de empréstimos consignados, não ficam na posse do RPPS", mas "sob a guarda das entidades financeiras consignatárias". "De outra parte, todos os beneficiários responderam que têm conhecimento dos empréstimos e nada existe de irregular".

"VULNERABILIDADE". "De acordo com a fiscalização operacional in loco, encontramos uma vulnerabilidade muito acentuada.

Há muitos regimes que não possuem um instrumento jurídico vinculando com a entidade para fazer o desconto.

Em muitos regimes, não há a autorização individual do aposentado", afirmou o conselheiro do TCE Marco Bertaiolli.

Segundo o conselheiro, os regimes que não atenderem às exigências dentro do prazo estarão sujeitos a uma multa de R\$ 74.040. As medidas obrigatórias incluem a apresentação das autorizações individuais, a criação de normativo específico e a formalização do convênio com a entidade que promove o desconto.

"Em 31 dias, o TCE volta a fiscalizar presencialmente os RPPS. Se não forem comprovadas as informações a serem passadas ao tribunal, o gestor do fundo previdenciário será autuado e encaminhado ao Ministério Público", completou o conselheiro.

Bertaiolli reforçou que ainda não é possível afirmar com certeza se houve irregularidades por parte dos RPPS, mas destacou a fragilidade do sistema.

"Ainda não há condições de dizer. Pode ser considerado um indício (de fraude) ou um acesso indevido. Por exemplo, alguns aposentados não reconheceram o débito nos seus holerites.

Nós fomos checar e foram empréstimos consignados ativados por um parente." MODELO. Ele também criticou o modelo atual de crédito consignado por considerá-lo prejudicial aos segurados. "Quando esse crédito foi autorizado, tinha o embrião de oferecer um crédito barato. É um sistema cruel com os aposentados.

Muitos, acima dos 80 anos, não tinham condições de checar se a informação era correta ou não", afirmou.

"Não há, por parte dos institutos, uma verificação efetiva da veracidade - se é realmente o aposentado que está contratando o empréstimo ou aderindo

àquela associação. Por isso, estamos dando um prazo de 180 dias para que os institutos adotem um novo sistema de certificação de autorizações", concluiu Bertaioli

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Custo do transporte não pode ser integralmente transferido à população"

**Francisco Christovam**

Melhorar a qualidade dos deslocamentos da população, com frota renovada e limpa, incluir tecnologias para aprimorar a gestão dos processos e ampliar o acesso ao transporte subsidiado são mudanças significativas para reestruturar o sistema de transporte coletivo urbano no Brasil, incluindo eficiência e sustentabilidade financeira.

"A tarifa zero, por exemplo, necessita ser vista como uma política pública, resultado de um estudo técnico bem feito, pois é um benefício que proporciona acesso universal à locomoção", diz Francisco Christovam, diretor executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU).

Estes, entre outros temas relevantes, serão debatidos no Seminário Nacional NTU, que ocorrerá em Brasília, entre os dias 12 e 13 de agosto. O tema central do encontro será "Rotas para um transporte público mais sustentável". Na entrevista a seguir, Christovam traz um panorama do setor e avalia diretrizes para transformar esse serviço essencial como um direito do cidadão, além de adequá-lo às necessidades ambientais e financeiras do sistema.

Quantas cidades brasileiras praticam a tarifa zero e quais as modalidades?

Atualmente, 158 cidades brasileiras já adotaram a gratuidade no transporte público. Dessas, 129 têm tarifa zero plena (todos os dias, em todas as linhas e horários). Em 19 delas, o modelo é apenas para alguns dias (como São Paulo, com gratuidade aos domingos). Outras têm modelos particulares, como uma tarifa reduzida em determinados horários. Isso demonstra uma crescente consciência de que o custo do serviço não pode ser transferido integralmente para a população.

Quais os principais entraves para a adoção da tarifa zero em cidades com mais de 100 mil habitantes?

Em cidades muito grandes, o custo do serviço de transporte com tarifa zero pode comprometer uma parcela alta do orçamento. Por exemplo, em São Paulo, estima-se que custaria cerca de R\$ 20 bilhões por ano. Cerca de 17% do orçamento municipal, algo muito difícil de viabilizar sem outras fontes de

financiamento. Além disso, a demanda pelo transporte, após a implementação da gratuidade, pode crescer de três a quatro vezes, o que exigiria um aumento significativo da frota de ônibus.

Como o sr. avalia a política nacional de descarbonização e substituição da frota de ônibus no Brasil?

As iniciativas ainda são pontuais, como as regulamentações do Ministério de Minas e Energia e os recursos do Ministério das Cidades para financiar frotas de ônibus elétricos, que são financiamentos para as prefeituras, não a fundo perdido, e que precisarão ser pagos. Adquirir ônibus sem a infraestrutura de recarga adequada resulta em veículos parados.

Quais são os principais desafios para a eletrificação da frota, sobretudo em cidades como São Paulo?

Vários, porque a implantação desse sistema requer um projeto detalhado, de planejamento e coordenação com as concessionárias de energia para uma infraestrutura de recarga compatível, adaptada à demanda dos elétricos, incluindo tempo de entrega de materiais. A falta de projeto prévio leva a problemas como a compra de veículos que não podem ser operados por falta de infraestrutura ou de acordo com o modelo de negócio, além dos atrasos, como acontece em São Paulo com a Enel e não é uma situação isolada. Um ônibus elétrico custa cerca de três vezes mais que um a diesel equivalente e é preciso definir o tipo de veículo, autonomia, onde abastecer e reabastecer, e se operará em trânsito normal ou em faixas exclusivas para otimizar o alto investimento, e não ficarem parados em congestionamentos.

Considerando o alto custo dos veículos, qual seria um modelo de financiamento para a frota elétrica?

A sugestão é subsidiar o sistema de transporte, com a municipalidade arcando com dois terços do custo do veículo e transferindo um terço para o operador, que já investiria esse recurso em um a diesel. Não é justo imputar o custo total da frota elétrica ao operador ou transferir para o passageiro.

Quais os impactos dos ataques a ônibus ocorridos em São Paulo nos últimos meses? O que foi feito para

conter esse problema?

O maior impacto foi a impossibilidade de colocar a frota total em operação, pois a falta de peças deixou os ônibus parados. Quase 600 veículos foram danificados na cidade de São Paulo, mais de 300 na região metropolitana e mais de 200 nos municípios vizinhos, totalizando mais de mil ônibus. Um grande contingente de policiais militares e civis foi disponibilizado, com viaturas e motos, para patrulhar corredores e terminais. Porém, os 5 mil quilômetros de vias em São Paulo dificultaram o policiamento ostensivo em todas as linhas. O impacto financeiro direto inclui o custo de reposição de vidros (cerca de R\$ 3 mil para laterais até R\$ 10 mil para para-brisas), resultando em milhões de reais em prejuízo.

Quais mudanças permitiriam uma melhora na percepção do transporte público?

Entre elas, frota maior e mais nova, mais adequada às realidades locais, aumento dos subsídios, adoção da tarifa zero em mais cidades, aprovação de um marco regulatório e, na **reforma tributária**, a isenção de **impostos**. Esse conjunto visa que o serviço seja, de fato, entendido como público, essencial e que precisa de apoio financeiro.

Como melhorar a experiência dos usuários?

Em infraestrutura, é com o BRT (Bus Rapid Transit), totalmente controlado, que funciona como um metrô. Goiânia, por exemplo, está implantando um sistema onde os ônibus acionam o semáforo para ter prioridade, criando uma "onda verde". As empresas vêm investindo em ferramentas para atender às atuais exigências da operação, embarcadas e de monitoramento. Entre elas, centrais que são essenciais para frotas grandes, para acompanhamento em tempo real e intervenção na linha (orientar motoristas sobre lotação), motores menos poluentes, câmeras, sistemas de comunicação e, futuramente, indicação da próxima parada dentro dos veículos, além de meios de pagamentos e sistemas ITS (Intelligent Transportation Systems) para monitoramento, programação de linhas, acompanhamento da operação e racionalização de recursos (materiais e humanos). Adoção da inteligência artificial para processar grandes volumes de dados operacionais e gerar programações e planejamentos diários mais precisos.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tarifaço chega a Maracás

**Donaldson Gomes**

Importantes produtos minerais produzidos na Bahia estão sujeitos às tarifas de exportação de 50% que serão cobradas pelo governo dos Estados Unidos (EUA) a partir desta quarta-feira (dia 6). Enquanto o cobre possui uma dependência menor do mercado norte-americano, produtos como as ferroligas e o vanádio, cuja maior mina das Américas está em operação no município de Maracás, têm nos EUA um mercado de extrema importância.

O Vanádio foi citado como um exemplo da necessidade de negociação de exceções ao tarifaço pelo ex-ministro Raul Jungmann, que é presidente do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram). "Tem minerais estratégicos, como é o caso do cobre e do vanádio, que não foram excepcionalizados. No caso do vanádio, 31,4% do produto que é exportado para os Estados Unidos sai de uma mina da Largo na Bahia", enfatizou durante uma entrevista virtual para a apresentação dos resultados da mineração no primeiro semestre deste ano.

Os efeitos do tarifaço e as negociações entre os dois países acabaram se tornando o principal assunto do encontro. Julio Nery, diretor do Ibram, ainda ressaltou que a manutenção da taxaço ao produto deverá trazer "enormes prejuízos" para a mineradora Largo, que é a responsável pela produção na cidade baiana de Maracás. "Fomos informados pela empresa que atualmente 60% das suas vendas são destinadas aos Estados Unidos", disse.

No final de 2024, o Brasil Mineral, uma das publicações setoriais mais respeitadas do país, noticiou um investimento superior a US\$ 940 milhões por parte da Largo em seu complexo minerador de vanádio e titânio em Maracás. O plano de investimentos foi respaldado por um estudo técnico que demonstrou um significativo aumento nas reservas minerais do projeto. Segundo o documento, a operação agora possui um valor presente líquido de US\$ 1,1 bilhão, com projeção de gerar US\$ 3,8 bilhões em fluxo de caixa ao longo de sua vida útil, estendida até 2054.

Para Raul Jungmann, as tarifas aplicadas ao vanádio produzido em Maracás deveriam ser revistas, uma vez que o mineral se enquadra entre os que são considerados estratégicos para a transição energética. Estes produtos, com destaque também para as terras raras, foram inclusive alvo de uma conversa entre o

presidente do Ibram e o principal representante do governo dos Estados Unidos no Brasil, o encarregado de negócios Gabriel Escobar. Jungmann voltou a afirmar que o encontro foi um pedido do norte-americano.

No primeiro semestre deste ano, o faturamento oriundo da produção de minerais estratégicos ou críticos no Brasil foi de R\$ 21,6 bilhões, de acordo com o Ibram. Os números representam um crescimento de 41,6% em relação aos primeiros seis meses de 2024. Neste mesmo período, a mineração brasileira como um todo cresceu 7,5%, alcançando um faturamento de R\$ 139,2 bilhões. Minas Gerais, Pará e Bahia foram os estados com maior faturamento no período, com 39,7%, 34,6% e 4,8% do total, respectivamente.

E a tendência é que os minerais necessários para garantir a transição energética e o conforto da vida moderna se tornem cada vez mais presentes nos números do setor. O Ibram estima um volume de investimentos entre 2025 e 2029 de US\$ 68,4 bilhões no Brasil. Deste total, esperam-se US\$ 18,45 bilhões para a produção de minerais críticos, como cobre, alumínio, níquel, lítio, nióbio, zinco, cromo, grafita, titânio, vanádio, chumbo e terras raras.

Questionado sobre o interesse do governo americano nas reservas brasileiras, Raul Jungmann por diversas vezes respondeu que esta questão deve ser tratada pelos governos dos dois países. Ele avaliou que a possibilidade de estabelecimento de cotas priorizando os Estados Unidos, ou qualquer outro país, seriam uma "novidade" que hoje não está prevista na legislação. "Sou forçado a dizer que isso depende da negociação de governo a governo, nunca tivemos cotas ou algo do tipo no passado. Evidentemente, cabe ao governo decidir sobre isso", afirmou.

O presidente do Ibram disse ainda que está aberto a uma ida aos Estados Unidos para negociar com as empresas norte-americanas as condições comerciais após o tarifaço, porém destacou que o mais importante é mesmo as negociações entre os governos. "Nossa ida aos Estados Unidos não está definida, estamos em contato com o vice-presidente (Geraldo Alckmin). Não queremos fazer um movimento isolado, devemos fazer com as demais instituições", explicou.

Se pudesse dar sugestões em relação aos pontos da pauta de negociação relacionados ao setor mineral, Jungmann elencou as parcerias tecnológicas,

investimentos em transferências de tecnologias e para a diversificação da pauta mineral do Brasil. "Não se trata de reduzir a produção de mineral de ferro, mas não devemos ser tão dependentes de um só produto", acredita.

## COMÉRCIO EXTERIOR

Com exportações minerais de US\$ 20 bilhões (192,5 milhões de toneladas) e importações de US\$ 4 bilhões (19,9 milhões de toneladas), o comércio exterior de minérios gerou superávit de US\$ 16 bilhões de janeiro a junho, o equivalente a 53% do saldo total da balança comercial brasileira (US\$ 30,09 bilhões). No mesmo período de 2024, a participação havia sido de 41%. Agora, a indústria da mineração registrou alta no faturamento, no recolhimento de **tributos** (ambos cresceram 7,5%) e na geração de empregos, com mais 5.085 vagas criadas no período, totalizando 226 mil empregos diretos.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Mercado espera que Petrobras anuncie dividendos

**Kariny Leal Do Rio**

A queda dos preços do petróleo deve ser a "pedra no sapato" da Petrobras nos resultados do segundo trimestre, mas, ainda assim, há expectativa no mercado do anúncio de pagamento de dividendos robustos. A maior produção de petróleo e gás pela petroleira entre abril e junho deve amenizar em parte os efeitos da cotação mais baixa do Brent, que caiu 22% no período. Mas analistas divergem sobre o tamanho desse efeito. A Petrobras divulga os resultados do segundo trimestre nesta quinta-feira (7), após o fechamento dos mercados.

O Valor compilou as estimativas de cinco bancos e corretoras: Ativa Investimentos, UBS BB, BTG Pactual, Citi, Goldman Sachs e Santander. A receita líquida média estimada para a Petrobras, pelas instituições que compõem a amostra, é de R\$ 118,2 bilhões, queda de cerca de 3,2% em relação aos R\$ 122,2 bilhões do segundo trimestre do ano passado. A projeção mais baixa é de R\$ 112,6 bilhões, do Goldman Sachs. A mais alta é de R\$ 125,7 bilhões, do UBS BB.

Para o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, o mercado espera um aumento de 16,5% no segundo trimestre, para R\$ 57,9 bilhões, em relação aos R\$ 49,7 bilhões de igual período do ano passado.

A estimativa média para o lucro da Petrobras entre abril e junho de 2025 ficou em R\$ 26,6 bilhões. O número, se confirmado, permitirá à Petrobras reverter o prejuízo registrado no segundo trimestre do ano passado, quando a petroleira teve resultado negativo de R\$ 2,6 bilhões. A projeção mais baixa para o lucro da companhia é de R\$ 21,7 bilhões, do Goldman Sachs, e a mais alta, do BTG Pactual, é de R\$ 33,8 bilhões.

O Goldman Sachs calcula uma queda anual de 22% na cotação média do petróleo Brent no segundo trimestre, de US\$ 85 no ano passado para US\$ 66,7 neste ano. Para o banco, a Petrobras deve anunciar US\$ 2,2 bilhões em dividendos junto aos resultados, dentro do mínimo esperado na política de remuneração da estatal.

Para a Ativa Investimentos, os dados operacionais da

Petrobras entre abril e junho deste ano apontam para bons resultados financeiros. "No geral, os dados de venda e produção neste segundo trimestre foram positivos. No segmento de exploração e produção, a produção média de óleo e LGN veio acima das nossas expectativas, enquanto a participação proporcional do pré-sal no mix avançou."

A produção de petróleo, condensado (LGN) e gás da Petrobras no Brasil subiu 8,1% no segundo trimestre, na comparação anual, ao fechar o período com 2,879 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia).

De acordo com a estatal, a alta na produção de petróleo e gás no segundo trimestre se deu em razão do aumento gradual de processamento ("ramp-up") dos navios-plataformas (FPSO, na sigla em inglês) Almirante Tamandaré e Maria Quitéria. Também contribuiu para o resultado a chegada no topo da produção do FPSO Alexandre de Gusmão, entre outros fatores. As plataformas estão localizadas no pré-sal na Bacia de Santos.

Para o Citi, os resultados operacionais da Petrobras compensam parcialmente a perda pelo recuo do petróleo e ainda será possível distribuir proventos. Pelas estimativas do banco, a petroleira deve pagar US\$ 2 bilhões em dividendos.

O Citi afirma ainda que a Petrobras pode anunciar uma redução na previsão de investimentos para 2026 por conta de três fatores: os preços mais baixos do petróleo, o volume estimado de investimentos para 2026 que ainda não foi alocado e a dificuldade da companhia de avançar em alguns projetos por causa dos altos custos da cadeia de fornecimento.

Na mesma linha, o BTG Pactual também espera um atraso nos investimentos previstos para o quinquênio 2025-2029 e calcula um pagamento de dividendo de US\$ 2,3 bilhões. "Esperamos que a empresa comece a adiar o capex nos últimos anos do plano, conforme destacado pelo fluxo de notícias que indicam que os projetos Sergipe Águas Profundas 1 e II provavelmente serão adiados devido ao atual ambiente de preços do petróleo", afirma o banco em relatório.

O BTG espera resultados positivos da Petrobras no trimestre. "Os dados operacionais do segundo

trimestre reiteram nossa posição, com a empresa no caminho certo para superar o "guidance" de produção de petróleo para 2025. Enquanto isso, o Brent permanece abaixo da premissa do plano de negócios da Petrobras, mas acima do consenso de mercado, criando espaço para um possível adiamento do capex e um fluxo de caixa livre de curto prazo mais forte."

O Goldman Sachs calcula que a estatal divulgará US\$ 2,2 bilhões em proventos

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/188288>

# Fiemg estima impacto de R\$ 25,8 bi

Embora o governo norte-americano tenha concedido isenção tarifária a 694 produtos, o que representa cerca de 45% do valor exportado pelo Brasil aos Estados Unidos, os impactos da nova taxa sobre as exportações brasileiras devem ser significativos para a economia nacional. Conforme estudo, divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), mesmo com as isenções, a taxa pode provocar uma retração de até R\$ 25,8 bilhões no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro a curto prazo, com perdas que podem chegar a R\$ 110 bilhões a longo prazo.

A medida impõe tarifas adicionais de 40% sobre uma ampla gama de produtos brasileiros exportados aos EUA - que já estavam sujeitos, desde abril, a uma taxa de 10% - e entra em vigor hoje.

Para o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, o momento exige maturidade e diálogo institucional. "A imposição dessas tarifas, ainda que parcialmente suavizada pelas isenções, foi unilateral e sem negociação com o governo brasileiro. É

fundamental que o Brasil atue diplomaticamente para ampliar o número de produtos isentos, preservar sua competitividade no mercado internacional e proteger empregos e investimentos nacionais" destaca.

Entre os setores industriais mais afetados, de acordo com o levantamento, estão siderurgia, fabricação de produtos de madeira, calçados e máquinas e equipamentos mecânicos. Na agropecuária, o estudo destaca os impactos sobre a pecuária, especialmente a cadeia da carne bovina, que ficou de fora da lista de isenções tarifárias e representa uma parcela relevante das exportações brasileiras.

O aumento das tensões comerciais, em meio a um cenário político interno instável, tem elevado o grau de incerteza em torno das negociações bilaterais. A avaliação é de Gustavo Assis, CEO da Asset Bank, que aponta impactos já perceptíveis em setores estratégicos da economia brasileira.

"Embora não seja possível mensurar com precisão o impacto desses fatores nas negociações sobre as tarifas impostas por Trump, o efeito

prático já começa a ser sentido em segmentos estratégicos da economia brasileira. Produtos como carne, café e pescados, que foram so-bretaxados em 50%, estão entre os mais impactados" apontou.

Assis ressaltou que o cenário atual se agrava com a manutenção da taxa básica da economia (Selic) em patamar elevado, o que dificulta o acesso ao crédito bancário para as empresas. "Essa dificuldade pode prejudicar o setor produtivo e exportador, justamente no momento em que o governo discute planos de contingência para mitigar os impactos e redirecionar esses produtos a novos mercados" alertou.

## Mercado de trabalho

O impacto sobre o mercado de trabalho também é significativo. A Fiemg projeta a eliminação de aproximadamente 146 mil postos de trabalho formais e informais, além de uma redução de R\$ 2,74 bilhões na renda das famílias brasileiras em um período de até dois anos.

O Brasil exportou cerca de US\$ 40,4 bilhões para os EUA em 2024, o

equivalente a 1,8% do **PIB** nacional. Metade desse valor está concentrado em combustíveis minerais, ferro e aço, além de máquinas e equipamentos - todos segmentos diretamente atingidos pelas novas tarifas. Ainda segundo o levantamento, os produtos que continuam sujeitos à taxa representam aproximadamente 55% das exportações brasileiras ao mercado norte-americano, somando US\$ 22 bilhões. Entre os itens mais impactados, estão o café, a carne bovina, produtos semi-manufaturados de ferro e aço, e manufaturados em geral.

Para Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, o atual contexto exige estratégias mais amplas e coordenadas, que vão além do diálogo bilateral. "Em meio ao agravamento das tensões tarifárias e à atual dinâmica política, o canal bilateral segue relevante, mas mostra-se cada vez mais insuficiente" afirmou. Segundo ele, é fundamental que o Brasil reforce sua presença em fóruns multilaterais, como o Mercosul e a Organização Mundial do Comércio (OMC), "elevando o grau de articulação". (RG)

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/08/06/all.pdf>

# BC reforça cenário de juro alto

**RAFAELA GONÇALVES**

O Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou que a taxa básica de juros (Selic), deve continuar em um patamar alto por "período bastante prolongado".

Na ata de sua última reunião, divulgada ontem, o colegiado atribuiu a manutenção dos juros em 15% ao elevado grau de incerteza no cenário externo - marcado pela conjuntura e pela política econômica dos Estados Unidos - e às expectativas de inflação ainda desancoradas no contexto doméstico.

"O Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste caso julgue apropriado", destacou o documento, reforçando o comunicado do Copom da semana passada, após a decisão unânime para manutenção da Selic no atual patamar.

O colegiado afirma que tem acompanhado, com particular atenção, os anúncios referentes à imposição pelos EUA de tarifas comerciais ao Brasil. "A elevação por parte dos Estados Unidos das tarifas comerciais para o Brasil tem impactos setoriais relevantes e impactos agregados ainda incertos, a depender de como se encaminharão os próximos passos da negociação e a percepção de risco inerente ao processo." Diante desse cenário, o Copom apontou que "deve preservar uma postura de cautela". "Como usual, o Comitê focará nos mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica de inflação interna", informou outro trecho do documento.

Para André Matos, CEO da MA7 Negócios, a ata reforça a postura cautelosa do Banco Central em relação aos cortes na taxa de juros.

"Apesar da melhora nos índices de inflação e de um mercado de trabalho relativamente firme, o ambiente internacional está mais volátil e os riscos fiscais aqui dentro continuam altos", afirmou. Segundo ele, mesmo com a inflação em trajetória de queda, o Comitê optou por manter a Selic em 15% e sinalizou que só tomará medidas mais claras quando houver maior visibilidade sobre o cenário econômico. "O motivo principal é o aumento das incertezas fiscais, em especial, o impacto do tarifaço dos Estados Unidos sobre os produtos brasileiros", destacou.

Matos chamou atenção para o trecho da ata que

menciona diretamente os efeitos negativos da taxaçoão norte-americana sobre o crescimento econômico e a confiança dos agentes de mercado. Além disso, apontou o risco de deterioração da percepção de solvência do país caso não haja avanço em medidas de ajuste fiscal. "Isso significa que o BC está mais cauteloso e que qualquer corte de juros à frente depende de um conjunto de fatores: inflação seguindo em queda, expectativas bem ancoradas e melhora no ambiente fiscal. Ou seja, sem avanço real nessas frentes, o juro alto continua", acrescentou.

## Inflação x fiscal

Sobre a inflação, a ata reforçou que, embora o cenário recente tenha apresentado surpresas abaixo das projeções dos analistas, o índice geral permaneceu acima da meta, de 3%, com teto de 4,5%, no horizonte monitorado pelo BC. "Para além das variações dos itens, ou mesmo das oscilações de curto prazo, os núcleos de inflação têm se mantido acima do valor compatível com o atingimento da meta há meses, corroborando a interpretação de uma inflação pressionada pela demanda e que requer uma política monetária contracionista por um período bastante prolongado.

Segundo Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, a ata apenas confirma o que o Banco Central já vinha sinalizando. "A inflação começou a ceder, mas ainda está longe do ideal. O problema é que as expectativas continuam desajustadas, e isso exige manter os juros altos por mais tempo", disse o economista, que ressaltou que o cenário ficou mais complicado com as tarifas impostas pelos Estados Unidos. "Isso aumenta o custo de exportar, pressiona o dólar e pode gerar novos aumentos de preços aqui dentro", explicou.

Além disso, o Copom informou que segue acompanhando a política fiscal. O Comitê reforçou que a perda de impulso nas reformas estruturais, o enfraquecimento da disciplina fiscal, o avanço do crédito direcionado e as incertezas quanto à estabilização da dívida pública podem elevar a taxa de juros neutra da economia. Segundo o colegiado, isso obrigaria também a manter a Selic alta por mais tempo. "O debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas." As dúvidas sobre como o governo vai equilibrar as contas deixam o mercado mais inseguro e obrigam o Banco Central a ser mais cauteloso, conforme reforçou Eyng. "Na prática, o crédito já está mais caro e mais difícil. O consumo começa a

desacelerar, mas o emprego ainda está forte. A economia não parou, mas já mostra sinais de freio."

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7668/06-08-2025.html?all=1>**

# Dependente dos interesses públicos

Os bancos desempenham papel central nas economias de mercado ao transferirem recursos de famílias e empresas que poupam para aquelas que desejam consumir ou investir. O crédito permite alavancagem, possibilitando que indivíduos e empresas realizem gastos superiores à sua renda presente, o que impulsiona o investimento, a inovação, a expansão dos negócios e a geração de empregos.

Além disso, os bancos exercem papel essencial no sistema de pagamentos. Ao emitirem cartões de débito e crédito e ao integrarem seus serviços ao Pix, criado pelo Banco Central do Brasil, os intermediários financeiros facilitam transações rápidas, seguras e eficientes entre famílias, empresas e governos, o que contribui para a produtividade e o bom funcionamento da economia.

Ao intermediar recursos entre diferentes indivíduos e empresas, os bancos desenvolvem diversas funções cruciais. Avaliam e monitoram os tomadores de empréstimos; realizam a transformação de maturidade ao con-

verter depósitos de curto prazo dos poupadores em empréstimos de longo prazo para os tomadores, permitindo que os primeiros acessem seus recursos quando necessário, enquanto oferecem aos segundos a previsibilidade de prazos mais longos para financiar investimentos.

Também agregam pequenos depósitos de muitos clientes para conceder empréstimos de maior valor a tomadores individuais, promovendo uma transformação de tamanho entre passivos e ativos. Além disso, diversificam os riscos ao distribuir seus recursos entre diferentes tomadores e setores, reduzindo o impacto de eventuais inadimplências sobre sua saúde financeira.

Como destacou Ben Bernanke, então presidente do Federal Reserve e futuro laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 2022, em uma conferência de 2007, "condições financeiras saudáveis ajudam uma economia moderna a alcançar todo o seu potencial. Por essa razão, uma das prioridades críticas das economias em desenvolvimento é estabelecer um sistema financeiro moderno e funcional".

De forma convergente, Raymond Goldsmith, em seu estudo de 1969 sobre mercados financeiros e desenvolvimento econômico, observou que "a superestrutura financeira de uma economia acelera o

crescimento econômico e melhora seu desempenho na medida em que facilita a migração de recursos para os melhores usuários; isto é, para os locais no sistema econômico onde esses recursos ge-

rarão o maior retorno social".

A evidência empírica entre países revela uma correlação robusta entre o desenvolvimento e a eficiência do setor financeiro e o progresso econômico e social. Estudos com dados em nível de empresas e indivíduos dentro de um mesmo país indicam que reformas no sistema financeiro, ao ampliarem o acesso ao crédito e reduzirem seu custo, promovem uma dinâmica empresarial mais pujante, aprimoram a partilha de riscos entre os diferentes agentes econômicos e contribuem para o aumento do bem-estar da população. Além disso, com melhorias nos sistemas de informação e nos registros de transações financeiras, os bancos podem exercer um papel fundamental no combate à evasão fiscal.

As diferenças entre os prazos, tamanhos e níveis de risco dos ativos e passivos dos bancos geram vulnerabilidades intrínsecas ao seu modelo de negócios. Quanto mais os bancos captam recursos por meio de depósitos e os alocam na forma de empréstimos, maior é o risco de corridas bancárias e crises financeiras, que podem provocar impactos significativos na economia.

Ou seja, as próprias atividades que permitem aos bancos gerar valor agregado são também aque-

las que ampliam sua fragilidade. Em razão desse equilíbrio delicado, o setor bancário é regulado, por meio de exigências de capital e outras normas macroprudenciais, que buscam conter excessos de alavancagem, diminuir a vulnerabilidade dos bancos e mitigar desequilíbrios sistêmicos.

Dado que crises financeiras e bancárias tendem a gerar recessões profundas e persistentes, como mostram Cerra e Saxena em artigo publicado na *American Economic Review* em 2008, governos e bancos centrais frequentemente intervêm para resgatar instituições em dificuldade, com o objetivo de evitar danos econômicos generalizados. Essas intervenções baseiam-se na percepção de que a falência de determinados bancos poderia desencadear consequências catastróficas para o sistema financeiro como um todo e para a economia. Como resultado, algumas instituições passam a ser consideradas

"grandes demais para falir". Esse status, no entanto, cria incentivos perversos: ao presumirem que serão resgatadas em momentos de crise, essas instituições tendem a adotar estratégias mais arriscadas, elevando o risco moral no sistema bancário.

Um outro risco institucional é o seguro de depósitos, que, com o objetivo de evitar corridas bancárias, permite aos bancos oferecer Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com remuneração acima do CD1 para atrair clientes, ainda que isso reduza sua rentabilidade financeira e aumente o risco de insolvência. Por isso, é fundamental manter vigilância sobre a forma

como os bancos realizam sua captação de recursos.

Com efeito, o Banco Central define a política monetária e estabelece a taxa básica de juros da economia, mas também exerce papel fundamental na supervisão das instituições financeiras, atuando como guardião da estabilidade do sistema financeiro nacional. Entre suas atribuições estão tanto a promoção da concorrência bancária quanto o monitoramento das operações de captação e concessão de crédito pelas instituições, com o objetivo de prevenir empréstimos de qualidade duvidosa e coibir práticas que possam comprometer a solidez do setor e a estabilidade econômica do país.

Apesar da independência formal, os bancos centrais estão sujeitos a pressões recorrentes de grupos de interesse que buscam direcionar sua atuação para objetivos imediatos, privados ou setoriais. Essas interferências desafiam a responsabilidade institucional das autoridades monetárias e colocam em risco o cumprimento de seus mandatos fundamentais, como o controle da **inflação**, a estabilidade financeira e a preservação do poder de compra da moeda. Ao se desviarem dessas funções, os bancos centrais comprometem a confiança pública, fragilizam o equilíbrio macroeconômico e, em última instância, impõem custos à sociedade e aos contribuintes.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188288>

# Conta de luz do paraense fica mais cara a partir de amanhã

**Luiza Mello**

A tarifa de energia para o consumidor paraense vai ser reajustada em 3,75%, com variações conforme a classe de consumo. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem (5), o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Pará, concessionária responsável pelo atendimento de aproximadamente 3,06 milhões de unidades consumidoras no estado do Pará. Os índices tarifários atualizados entram em vigor nesta quinta, 7, e refletem variações em custos de distribuição, encargos e energia comprada. A decisão foi tomada em reunião da diretoria colegiada da Agência. Entre os fatores que mais impactaram os índices propostos estão os custos com distribuição e aquisição de energia, encargos setoriais e componentes financeiros apurados no processo tarifário anterior.

De acordo com a Aneel, os critérios regulatórios que consideram a atualização de custos estão relacionados à prestação do serviço, aquisição de energia, encargos setoriais e ajustes financeiros acumulados ao longo do ciclo tarifário. No caso da Equatorial Pará, de acordo com a Agência, os encargos setoriais e o custo da energia comprada foram especialmente relevantes na composição do índice final.

O reajuste aprovado varia conforme a classe de consumo. Os consumidores residenciais da classe

BI, por exemplo, terão um aumento de 3,26% na fatura de energia. Para os consumidores conectados em baixa tensão, o impacto médio será de 3,57%, enquanto aqueles atendidos em alta tensão como indústrias e grandes estabelecimentos - terão um acréscimo médio de 4,50% na tarifa.

A Equatorial Pará é uma das principais distribuidoras do Norte do país, responsável por atender consumidores em todas as regiões do estado. Desde que assumiu a concessão, a empresa tem buscado ampliar os investimentos em modernização da rede, redução de perdas e melhoria dos indicadores de continuidade do serviço.

**DIEESE**

O Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (Dieese) acende o sinal de alerta para reajustes e impactos sobre a produção, investimentos e custo de vida no Pará. Em **comunicado**, a entidade lembra que, em termos globais, esta foi a 27ª revisão tarifária de energia elétrica dos paraenses, autorizada pela Aneel para a Equatorial Energia (antiga Celpa), desde a privatização em 1998. "A Empresa (antiga Celpa) foi privatizada em julho/1998, com as tarifas já plenamente recompostas. Vale salientar que nos montantes globalizados de reajustes levantados não estão incluídos os aumentos mensais motivados pelo Regime de Bandeiras em vigor desde janeiro de 2015".

As análises do Dieese mostram que, nos últimos 10 anos (2016-2025), enquanto a tarifa residencial

de energia no Pará acumulou alta de quase 82%, a **inflação** acumulada medida pelo INPC/IBGE para o mesmo período gira em torno de 56%, ou seja, os aumentos concedidos na tarifa de energia subiram bem acima deste índice/ Vale salientar ainda que é justamente esta mesma **inflação** (medida pelo INPC/IBGE), que serve como parâmetro para os reajustes dos salários da grande maioria dos trabalhadores no Pará e em todo o Brasil", lembra a nota.

"As análises mostram também que mesmo se os salários dos trabalhadores paraenses tivessem a correção integral da **inflação** (cerca de 56%) não seria o suficiente para acompanhar os aumentos ocorridos no caso da tarifa de energia no Estado", esclarece o Departamento Intersindical, Na opini-

ão dos economistas, com mais este aumento da tarifa, entre outros reajustes, o orçamento familiar, em especial de quem recebe um salário-mínimo de renda mensal, é insuficiente para manter as famílias. Segundo a entidade, além do expressivo comprometimento da renda para aquisição de alimentos, outras necessidades podem também não ser atendidas.

A nota do Dieese conclui lembrando que, "apesar de o Pará ser um estado com importantes hidrelétricas, a tarifa de energia local está frequentemente acima da média nacional -se não a mais cara. Essa situação é vista como um paradoxo, gerando questionamentos

sobre os motivos que levam os paraenses a pagar um dos custos de eletricidade mais altos do país, mesmo com elevada produção interna".

## Somente 4% serão afetados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira, 5, durante a 5ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), mais conhecido como "Conselhão", que 4% dos produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos serão afetados pelo tarifaço imposto pelo presidente americano, Donald Trump. Deste porcentual, mais de 2% terão um destino alternativo. "Graças à política que o presidente Lula inaugurou ainda em 2003, de abrir os mercados para os produtos brasileiros, elas representam 12%. Desses 12%, 4% são afetados pelo tarifaço, e dos 4%, mais de 2% terá, naturalmente, outra destinação, porque são commodities com preço internacional que vão encontrar o seu destino no curto ou médio prazo", afirmou Haddad. Ele disse ainda que, apesar do porcentual baixo, o governo não irá "baixar guarda" porque setores vulneráveis devem ser prejudicados pela tarifa de 50% para produtos brasileiros. O ministro da Fazenda também destacou a importância do Conselhão para a Fazenda que, segundo ele, possui uma visão voltada para o crédito desde 2023. Haddad disse que, atualmente, existem cinco projetos de lei que tratam sobre o tema e estão sendo discutidas pelo CDESS. Haddad também fez um balanço positivo da situação econômica do País e disse que a expectativa do Executivo é que a **inflação** feche, neste ano, abaixo de 5%. Declarou ainda que o País está evoluindo nas contas públicas depois de anos de "déficit primário crônico". "Nós estamos, sim, evoluindo nas contas públicas depois de muitos anos de déficit primário crônico, na casa de 2% do **PIB**. Mas lembrando algo que é caro para a primeiradama Janja e ao presidente Lula, que nós não estamos fazendo ajuste fiscal no lombo dos mais pobres e no lombo do trabalhador."

PIX

Haddad disse que está "fora de cogitação" ceder à pressão de multinacionais sobre o Pix. Segundo ele, o Pix está "chamando atenção" de vários países no mundo e tem uma maturidade que "incomoda", mas destacou que é "uma tecnologia soberana brasileira". "E nós não podemos nem sonhar, nem pensar, nem imaginar em privatizar algo que não tem custo para o cidadão. Não tem custo", reforçou o ministro.

**Site:**

<https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=11832&edicao=56004>